

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 649887 - RS (2015/0005707-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : RICARDO ANTÔNIO LUCAS CAMARGO E
OUTRO(S) - RS032364
AGRAVADO : ITABA INDUSTRIA DE TABACO BRASILEIRA
LTDA
ADVOGADO : MIGUEL FERNANDO LOPES DO COUTO E
OUTRO(S) - RS042220

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM R\$ 5.000,00. VALOR NÃO IRRISÓRIO. REVISÃO DO CRITÉRIO DE EQUIDADE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte, a revisão dos honorários advocatícios fixados pelas instâncias ordinárias somente é admissível em situações excepcionais, quando o valor revelar-se manifestamente irrisório ou excessivo.

2. Os honorários fixados em R\$ 5.000,00 não se revelam irrisórios, tendo em vista que a demanda não exigiu análise de grande complexidade, nem grande atuação dos causídicos.

3. Assim, não sendo o caso de condenação ínfima, a revisão do critério de equidade utilizado pelas instâncias ordinárias para fixação da verba honorária advocatícia encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Agravo Regimental do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

